

França: A revolta dos coletes amarelos. O vulcão popular voltou!

Artigo de Paul Elek

Após anos de atividade subterrânea profunda, o vulcão francês entrou outra vez em erupção. A 1 de dezembro, o mundo descobriu quão profunda é a atual crise social em França: após um longo dia de confrontos que se espalharam pelos mais elegantes bairros de Paris, a comunicação social e o governo franceses finalmente percebiam a extensão do movimento social que havia começado umas semanas antes. Neste artigo darei nota de algumas informações-chave para melhor se compreender a sublevação dos «coletes amarelos» (*gilets jaunes*).

A febre amarela espalhou-se pelo país antes mesmo que alguém tivesse tido tempo de se aperceber. Ainda que inúmeros atores políticos clamassem constantemente que a fratura social em França estava à beira da explosão social, nem sindicatos nem partidos políticos poderão negar não se terem apercebido do que aí vinha! Este movimento começou com um apelo para que fossem colocados coletes amarelos nos *tabliers* dos carros como forma de [protesto conta o aumento do imposto sobre os combustíveis](#) como forma de subsidiar o investimento em energias renováveis. No entanto, apenas [7 mil milhões de euros \(20,5%\) da receita prevista para este imposto seriam diretamente investidos](#). Em outubro, surgem vários vídeos nas redes sociais a apelar à mobilização, impulsionando os movimentos sociais. Um mês depois, uma petição reclamando uma política ecológica «não punitiva» e a retirada/remoção do imposto angariou milhões de assinaturas em apenas uma semana. Estes apelos a uma mobilização «cidadã» e «apolítica» encontrou eco nas classes populares, a atividade nas redes sociais atingiu um pico e, rapidamente, a proposta de uma manifestação para o dia 17 de novembro foi consensualizada entre grupos de Facebook. De início, o assunto político foi entendido como uma revolta contra os impostos, a recusa em pagar mais. A esquerda tinha grande desconfiança face a esta exigência, qualificada por alguns como de «[poujadista](#)» e, por outros, temida como sendo «fascista» ou «uma iniciativa da extrema-direita». Desafiando toda a cobertura mediática e

discurso político, os promotores do movimento apelaram a uma mobilização para além dos «partidos políticos e sindicatos». A 17 de novembro, enquanto decorriam algumas manifestações, numerosas rotundas, autoestradas, estradas e até zonas comerciais foram bloqueadas e ocupadas (atualmente, toda a atividade comercial das cidades periféricas e zonas rurais está concentrada na periferia das cidades e vilas, sendo sobretudo acessíveis de carro). Esta mobilização envolveu a auto-organização de 300 a 400 mil pessoas, vestindo os famosos «coletes amarelos» - os coletes refletos que, por imposição legal, todas as viaturas são obrigadas a ter.

20 dias depois, o movimento continua forte. Diariamente as pessoas continuam a ocupar rotundas, com marchas lentas nas autoestradas e estradas, e a bloquear o acesso às zonas comerciais das periferias. No entanto, o movimento passara de uma exigência antifiscal para exigências sociais mais profundas. Na segunda semana, a 24 de novembro, uma manifestação nos Campos Elísios resultou num desastre para o governo. Estes últimos anos têm-se caracterizado pela recorrente e frequente repressão e violência policiais. Desta vez, as pessoas organizaram-se em barricadas na mais famosa avenida francesa. Os confrontos com a polícia duraram todo o dia, tendo-se concentrado nos Campos Elísios. Enquanto a comunicação social e o governo foram incansáveis na tentativa de acusar «grupos de extrema-direita» e «profissionais da desordem» pelos confrontos, de modo a desacreditar o movimento, [o apoio da opinião pública consolidou-se e cresceu](#). Quanto mais o governo se recusava a escutar as reivindicações populares, mais o movimento se deslocava no sentido de uma sublevação popular contra «o elevado custo de vida» e a «injustiça social das políticas do governo». De facto, as políticas que o governo tem vindo a implementar ripostavam agora, sendo a mais emblemática de entre elas a diminuição do ISF (imposto sobre as fortunas), que teve como resultado que as 100 pessoas mais ricas do país receberam o equivalente a um milhão de euros, em virtude desta redução do imposto. Quem vive nas zonas rurais e nas periferias urbanas - e, portanto, é obrigada a utilizar viatura própria para ir trabalhar ou para qualquer outra atividade social - recusou-se a ter de fazer um esforço suplementar e pagar isto, enquanto os privilegiados são poupados pelas medidas antissociais do presidente Macron, atualmente conhecido como «o presidente dos ricos». A esquerda tinha já avisado que anos de austeridade e de compressão salarial conduziram à erupção da «França profunda», a França dos 8.5 milhões de pessoas a viver abaixo do limiar

da pobreza, dos trabalhadores de salário mínimo (1187 euros). No entanto, é interessante notar a profunda heterogeneidade das pessoas envolvidas. Um estudo que está a ser realizado no *Espaces Marx* chegou à conclusão preliminar que entre as pessoas que se mobilizaram estão abstencionistas, pessoas que votaram na Frente Nacional, bem como apoiantes da França Insubmissa. Por agora, o envolvimento dos apoiantes de Le Pen não parece influenciar o percurso do movimento que tem a sua raiz no amplo envolvimento das classes populares, trabalhadores pobres e precários, assim como de inúmeras pessoas idosas a viver com pensões miseráveis. O consenso político existente é, no entanto, a recusa de qualquer exploração política da sua raiva, quer por parte de sindicatos, quer por parte de partidos políticos.